

dos 29 dias do mês de março do ano de 2023
 (dois mil e vinte três) no paco Municipal da
 Prefeitura de São Gonçalo do Amarante no auditório
 do secretário de Planejamento, deu-se início a
 reunião do Conselho Municipal de Precidência do
 mês de março. Em pauta vai ser passado alguns
 informes de situações que ocorreram no mês de feve-
 reiro e contamos com a presença do Tiago que é
 atuário da empresa ARIMA que nos da assistência
 atuarial. Na última reunião que foi no mês de feve-
 reiro nós deliberamos e aprovamos um possível
 acordo de descoloca de um recurso que foi aportado
 nos fundos Fenom e Fontiner Ville Hilariano na
 importância de 07 (sete) milhões de reais, o Fenom foi
 liquidado e todo ativo dele foi para o Fontiner
 Ville, foi explicado na reunião passada, sentiu-se
 a possibilidade de acordo para que o administrador
 dos dois fundos discutisse em calor que foi aportado
 com uma pequena concessão, e nome o senhor jurídico
 o Doutor Bruno Barreto está em São Paulo com a
 minuta do acordo que envolve tanto o Instituto
 de Precidência de São Gonçalo do Amarante quanto o
 Instituto de Precidência de Maracanaú e de Monóe
 no estado do Rio Grande do Norte, ele vem a ser
 advogado dos três institutos, mais infelizmente não
 conseguimos lograr êxito no acordo até a presente
 data, nós tivemos nenhum prejuízo, mas é frustrante
 pois criamos expectativa que não resgatar para
 os cofres do Instituto de Precidência em calor, mas
 nós não conseguimos até a presente data, aminor
 esse acordo que tem cunho amigável de descoloca
 desse recurso, um outro ponto que precisa ser
 esclarecido é que desde dezembro estamos com

grande dificuldade de acesso ao extrato de rendimento mensal desse fundo, ele está desenganchado perante as normas da EVM e do Instituto de Previdência, então está nos causando problemas mensais porque todas vezes em que mandamos e demonstrativos de investimentos estamos com problemas porque ele está num percentual acima do que a legislação permite, agora estamos com dificuldades de acesso ao extrato então tivemos dificuldade de fechar o balanço atual do Instituto de Previdência, estamos com dificuldades de fechar o balanço mensal, pra calcular o PAZEP, a importância de contas de gestão vai ser prejudicado no exercício de 2023, pois foi aberto o exercício sem extrato, janeiro e fevereiro foi fechado sem extrato o extrato foi emitido 23/03/2023. Foi comunicado à EVM, foram feitas inúmeras notificações, no mês de janeiro que se referiu ao extrato do mês de dezembro, que foi o que mais causou angústia, pois tempo e balanço para fechar e o balanço municipal depende do Instituto de Previdência, enviando email todos os dias solicitando e eles não responderam um só email, a sede deles não tem ninguém e a administração não tem ninguém, eles não atendem telefone e eles desapareceram posteriormente para o endereço Doutor Bruno que eles têm problema no sistema, então está prejudicando todos os cotistas. A outra notícia é a evolução do novo patrimônio é um gráfico do sistema do tema nova abertura de investimentos, o gráfico de dezembro de 2020 que foi o último mês de exercício da gestão anterior até fevereiro de 2023 quando foi fechado contabilmente os

investimentos por que recebemos extrato do Fontinele
 Dille, então em janeiro recebemos o Instituto de
 Previdência com R\$ 83.478.672,25 desse valor nós
 tivemos que registrar uma perda de R\$ 20 milhões
 de reais de perda nos investimentos feitos na Cia
 Alauá do Brasil S/A, no decorrer tivemos uma
 baixa em janeiro que se deve ao registro contábil
 da perda desses investimentos, o gestor anterior
 não contabilizou a perda que tinham, eles conta-
 bilizaram de uma forma equivocada e aí come-
 çaram a registrar essas perdas e hoje estamos
 aqui com um patrimônio de R\$ 118.815.854 e o novo
 patrimônio líquido hoje se deve a convocação de
 concursados de servidores efetivos, se deve um agra-
 decimento ao prefeito que convocou, nomeou e
 efetivou cada um dos 600 servidores, se deve a um
 trabalho árduo que a equipe do Instituto de
 Previdência vem fazendo desde janeiro de 2021
 a nova comissão de investimentos que é a LEMA,
 comitê de investimentos que foi formado pelo
 família Alisson que é servidor efetivo do município
 e pelo família Fontinele que é diretor financeiro,
 então temos realizado reuniões constantes do comitê de
 investimentos a última reunião que nós realizamos o
 comitê nos autorizou a investir as sobras do Taxo
 de administração e dessas sobras a gente fez um
 investimento já relativo a essa obra e que é
 pode ser feito com esse valor que foi investido, pode
 ser utilizado para reforma do sede, para aquisi-
 ção de material permanente para capacitação dos
 servidores tudo o que se destina a taxa de
 administração, nós estamos recebendo várias demandas
 do Ministério Público do Ceará que é uma física.

lizac conjunta de todos os municípios, o Minis-
trio Público tem nos exigido uma série de infor-
maçes que sejam disponibilizadas, assim como
disponibilizado esses relatórios, mês a ms, tem o
relatório anual e mensais, todos estão disponíveis
no site do Instituto de Previdência, assim como
as avaliações da gestão após o data que a
gestão atual assumiu, tem a avaliação atual
política de investimentos quando recebemos o
Instituto de Previdência recebemos um político de
por que ela tem que ser aprovada no ano anterior
para vigor no ano seguinte, tivemos que aprovar
no meio do exercício, mas também não foi feito
nenhum aporte, em decorrência, até porque pegamos
uma situação muito crítica, não tivemos condição
de fazer nenhuma realocação de investimentos, então
todas as informações estão disponíveis no site do
Instituto de Previdência, estamos alimentando aos
poucos, a reunião está sendo gravada, esse material
não vai ser disponibilizado em nenhum rede social,
ele é utilizado para ficar como arquivo a função
maior é facilitar a elaboração da ata de reunião, por
orientação das assessorias, estamos fazendo uma ata
completa com todos os pontos que abordamos, para
segurança de todos, presidência, diretores e do po-
der executivo, já houveram relatos de reuniões
que não existiram e que as pessoas já afirmam
então para que isso não ocorra estamos gravando
e o material fica em posse do Instituto arquivado
mas não é disponibilizado a ata fica disponível
no site para que qualquer pessoa tenha acesso,
conhecimento do que estamos discutindo e presen-
mos aderir ao programa pr-gestão, uma certifi-

caso que o Instituto de Previdência daí recebe, estamos trabalhando diariamente em organizar material que é exigido pelo Ministério para que a gente consegue obter a nova certificação. Lá vai uma equipe de Brasília e lá no sábado daí obteremos essa certificação, com relação aos órgãos do Ministério Público, todos estão encaminhados, principalmente do que trata do parte atuarial que o outro atuário representante da LEMA o título já responde e já encaminhamos para o Ministério Público a parte da transparência, estamos adequando todo o site, pediram informações sobre os fundos Fontainer e Fenon eles tem comprometimento de R\$ 900 mil quando na verdade o aporte foi R\$ 7 milhões de reais, pedir uma audiência presencial com o promotor de justiça que responde pela comarca para ser explicado esses detalhes como foram feitos esses aportes, que foram aportes irregulares, vamos ter que apresentar todo material que é para promotoria de justiça que instaurou um inquérito civil público para apurar essa situação dos investimentos Fenon, Fontainer, eram as informações que eu tempo pra passar na e já notícias ruins, era notícia excelente, poucos meses vamos passar os 120 milhões de PL é uma segurança, patrimônio do beneficiário, estamos aqui pra zelar por isso.

Figo daques. Foi concluído a apresentação o resultado do relatório atuarial de 2023, data base 31/12/2022, pois as informações apresentadas estão todas posicionadas nesta data, ou seja quando falar do patrimônio do Instituto, era 31/12/2022, todos os anos os institutos de Previd.

ncio Tem que fazer sua avaliação atuarial do seu respectivo plano de benefício, os dois que são o previdenciário e o financeiro, este primeiro para quem foi admitido depois de 2006 e o financeiro até 2006 pode ter figurado no dois planos se ele tiver feito concurso em datas separadas. Primariamente nosso missão como consultoria, fornecer informações atualizadas que visem o equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios e que se deve entender por isso que é a sustentabilidade de longo prazo, a constituição determina que os regimes próprios de todos os entes da Federação devam ser organizados de modo a observar o equilíbrio financeiro e atuarial, ter sustentabilidade a longo prazo, afinal ninguém quer contribuir para um regime de previdência que está pagando a folha em 5, 6, 10, 15 ou 20 anos, então espero-se receber o benefício de aposentadoria até a morte e assim respectivos dependentes. Como foi antecipado, meta é sustentabilidade, trabalho voltado a trazer soluções e propostas de alterações legislativas que busquem a sustentabilidade do Instituto de Medicina Municipal, baseado em princípios éticos de transparência, buscando sempre soluções inovadoras e eficazes, trabalho voltado para difusão do conhecimento de matéria previdenciária pertencente ao regime próprio, aqui em Jataí temos pessoas cadastradas no programa de ensino que a gente tem, até determinado momento do foi gratuito para quem fez o cadastro, tem que fazer o cadastro conhecimento porque se você não sabe o que fazer, você não faz ou faz errado, só não acertar por sorte, como se trata do futuro de

muitas pessoas, não podemos trabalhar com a sorte, tudo que se faz tem que ser feito de forma embasada, aquilo que não faz tem que saber as consequências. Nosso produto é serviços especializados em gestão de risco voltado para regime previdenciário e atua na parte de ensino online. O plano financeiro é para os períodos que foram nomeados até o ano de 2006, consequentemente ele é um plano em extinção, em algum momento no futuro não vai ter mais nenhum beneficiário que receba benefícios neste plano, no futuro todos os segurados estarão vinculados ao plano previdenciário, que é o plano que recepcionou os concursados de 2021. O plano de custos do plano financeiro, plano de custos é o esforço contributivo dos segurados e do ente para custear os benefícios que serão pagos por este plano, então atualmente uma alíquota de 15,43% para perpetua, 11% para o segurado e 2,5 de taxa de administração. Em 31/12/2022 os recursos disponíveis do plano de benefício era 26,75 milhões de reais, receita de longo prazo, resume-se em estimar qual o direito que o RPPS do setor financeiro tem a receber quanto a perpetua em termo de contribuição para longo prazo, no valor de 16,46 milhões de reais, os segurados deste plano vão custear aproximadamente R\$ 12,10 milhões de reais, a alíquota tem que ser maior por imposição constitucional, de acordo com o EC 103 que a alíquota tem que ser no mínimo 14%, sob pena de reprovação de contas por parte do prefeito, pois o gestor não pode oficiar, acipando que é obrigatório o aumento da alíquota.

É o prefeito mandar a lei à a câmara para aprovar e uma outra situação. O plano financeiro de receita previdenciária e parcelamento tem a receber a longo prazo R\$ 8,73 milhões de reais, então paga-se esse valor acrescido do patrimônio que ele já tinha 31/12/2023 e de R\$ 64,03 milhões de reais já em caixa ou a receber no futuro para fazer frente ao pagamento dos benefícios já concedidos ou que vão ser concedidos neste plano, a situação adequada se este valor é suficiente ou não para fazer frente aos benefícios que serão pagos ao longo dos anos, no caso do plano financeiro não é, o plano financeiro é um plano de transição, as insuficiências financeiras que forem sendo observadas, serão custeadas gradualmente, progressivamente ao longo dos anos pelo tesouro municipal, quando o município instituir essa abordagem, ele já é consciente de que funcionaria assim. Os recursos já acumulados apresentam uma meta de 64 milhões, pelo fato de serem perdidos mais valores mais perto de se apresentar, tem pouco tempo de contribuição pela frente, consequentemente as contribuições deles representam menos de 20% do total de receita de longo prazo. Já compelada as despesas por esse valor que é um valor bem superior, enquanto tinha 64 milhões de receita para fazer frente a 384 milhões de despesas de longo prazo, ou seja os que vão se apresentar, este montante está dividido em concedidos 62 milhões de reais vão receber no ciclo toda esse montante, basicamente o recurso que o plano financeiro tem a receber é suficiente para pagar as aposentadorias já concedidas, todo restante vai ser suportado consequentemente

pelo Tesouro Municipal. Quando a lei foi aprovada em 2006 isso foi discutido com a Prefeitura. Se pensos já concedidas o plano financeiro irá pagar 18 milhões de reais, mais a maior parte está em benefícios a conceder, os serviços do plano financeiro que ainda está em atividade, mais que brevemente irá plugar seus benefícios de aposentadoria e quando vierem a óbito de pensão. (Os benefícios a conceder representa quase 90% do total das despesas, um ponto muito importante de gestão previdenciária o ponto para número 84% das despesas e aposentadoria a conceder mais 13% ou seja 97% das despesas deste plano é de benefícios que ainda não foram concedidos portanto pode-se reduzir esse impacto com as alterações legislativas imposta pela EC 103 no caso de Fortaleza, Maracanaú e outros, então 97% dessa conta pode ser reduzida. Então o valor de R\$ 384 milhões é o valor que a Prefeitura vai ter que aportar para suprir a despesa. O Tesouro Municipal, tem uma série de despesas concorrentes com a previdência, educação, Saúde, o serviço e o município tem que se preocupar com o valor, até que ponto vai prejudicar a prestação de outros serviços públicos e uma coisa que tem que ser avaliada e discutida. Os resultados atuarial deste plano como tem 64 milhões de receitas de longo prazo e despesa tem aproximadamente 384 milhões, vai ser encontrado um resultado atuarial deficitário que o município tem que bancar. A estimativa que em 2023 a Prefeitura não precise aportar nenhum valor nem 2024 e 2025, mais em 2026 já tem

quase 12 milhões de reais de aporte fora a
quantia tem um agravante a mais o aporte
não é dedutível para fins de despesas com
pessoal, daí aparece do nada nos cofres do Prepu-
tura. Lamille falou que: "conforme a lei de
responsabilidade fiscal esse aporte entra para
o cálculo de despesas de pessoal, fora as
despesas de previdências ativas o município daí
ter que computar esses 11 milhões para a despesa
de pessoal. Triago despesa de pessoal e remuneração
do servidor mais a contribuição patronal sendo
que aposentadorias e pensão também são despesas
de pessoal, mais se elas forem custeadas pelas
contribuições previdenciárias ou retorno dos investi-
mentos elas são dedutíveis da despesa de pessoal
da prefeitura sendo que aporte não é contribuição
previdenciária nem retorno, daí entrar como despesa
de pessoal, pode impactar com o servidor na
forma de negociar futuros reajustes. O atuário propõe
soluções se são viáveis ou não politicamente, o gestor
municipal que daí avaliar. Muitas coisas que são
inviáveis politicamente elas do nada se tornam
viáveis politicamente e inviáveis financeiramente,
quanto antes resolver esse tipo de problema. Melhor
está essa conta de 2026, talvez só chegue em
2027, seja com calor menor. Eis a necessidade de
aportes de recursos, conforme disposto pela portaria
MTP N. 1.467/22 que o Tesouro Municipal terá que
fazer nos respectivos exercícios em conformidade com
a portaria do MPT N. 1.467/22. (As medidas que
podemos adotar, do déficit atuarial de mais
de 300 milhões mais 90% era de benefícios a conceder
só pela adocação de emenda constitucional, ela não

bate forte no servidor que está perto de se
 aposentar e gradual, vai aumentando a
 incidência dela com tempo de contribuição
 isolado, quanto mais distante tiver o servidor
 de se aposentar mesmo assim daqueles 320
 milhões as ações do EC 103/2019, já causaria
 uma redução naquele déficit de 139 milhões de
 reais. Também os presentes podem não compreender
 o que é paridade, até a EC número 41, o servidor
 inativo tinha os mesmos direitos de reajustes do
 servidor ativo, então quem foi admitido até 2003
 tem direito a paridade, como exemplo ano
 passado teve reajuste do piso salarial dos profe-
 ssores de 33,24%, 90% do nossa folha do plano
 financeiro do magistério com direito a paridade
 ano passado o reajuste da nossa folha, o impac-
 to da folha no plano financeiro é maior do que
 o que esperávamos e do que se arrecada, o parte
 desse ano o que a gente arrecada do plano
 financeiro não vai mais arcar com a totalidade
 da folha do plano financeiro da folha de inativos,
 vamos ter que começar a resgatar investimentos
 para pagar a folha do plano financeiro. Quem
 foi admitido depois de 2003 o Ministério do
 Previdência determina um índice que é o
 geral pra todos os servidores, que é uma perda
 inflacionária, se na ativa não tiver reajuste, servidor
 com direito a paridade não vai ter reajuste, indepen-
 dente se o município der ou não. O percentual de
 reajuste do índice geral é sempre menor. Quando
 os enfermeiros tiverem o reajuste do piso salarial,
 todos os servidores do município de São Gonçalo
 do Amarante que são enfermeiros vão ter direito

a esse piso salarial do profissional da enfermagem quando eles tiverem direito a paridade. Quando existe demanda de aumento de piso salarial, a gente manda para a atuação para que faça o cálculo do impacto atuarial desse pedágio na previdência. Todos os municípios que tem RPPS são obrigados a realizar impacto atuarial. Professor, ficam no regime atual, os servidores que entraram recentemente, ele se aposenta pelo valor que está recebendo? Família a partir da emenda parou. A lei, quando começou a previdência complementar, nós tivemos que aprovar o projeto de lei da previdência complementar, a partir dessa data não tinha previdência complementar, aprovamos ano passado início de 2022, aprovamos esse valor que escude dos servidores que ingressaram após a aprovação da previdência complementar eles não contribuíam para o RPPS e para previdência complementar, quem administra não faz parte da previdência municipal é uma instituição com vínculo com a CEARAPREV. Professor Juan: Busca 2019 tá limitado ao INSS? Tiago foi para os novos concursos nomeados após a publicação da lei municipal que criou a previdência complementar. Professor Juan. Então boa parte das pessoas que foram convocados em 2021 está fora. Esse ano 28/04 vai completar 30 anos de serviço público e parte do regime financeiro e previdenciário foi 13 anos de gestão municipal e o resto do serviço público era temporário de 2006 em diante tinham vários concursos, as três últimas gestões são responsáveis por 80% de quem tá aí, os primeiros que não se aposentaram são dos 13 primeiros anos com um regime que foi trocado e provavelmente anos

pessoas alcançaram seus direitos mesmo usando a EC
 103/2019 o impacto vai ser pouco. Lá tem que ser
 feito uma regra urgente em uma pessoa que tá lá tem
 no mínimo 20 anos, como os professores tem regime
 especial problema em dobro, nos quando estamos
 pensando no IPPA, tínhamos a proposta de repor
 a capacidade de compra, nos tínhamos colocação
 em 2022, 15%, 10% de 2020, 5% de 2021, nos foi
 entregue por que tinha impedimento da lei de
 enfrentamento a covid, no entanto fomos coto
 concido foi dado mais que o dobro, propomos no
 IPPA que estaríamos rependo o poder de compra
 mais 1%, ganho real, entregamos 15%, mais uma
 vez coto concido, só no final do governo vai
 representar 95 milhões a mais. Não é só uma saída do
 ponto de vista da previdência ela tem que estar
 sincronizada com o governo, por que se não em
 conta vai aumentar lá na frente, a velocidade que
 vai arrecadar vai ser muito menor do que o pres-
 timento daquele que vai entrar na conta da
 previdência, então tem que ter um pacto, está sendo
 feito esforço de outro lado, se não for feito planeja-
 mento a longo prazo quem vai sofrer são os
 servidores, o colapso vai bater na nossa porta.

Tive um encontro na CEARAPREV que antec-
 deu uma concessão do Ministério Público, os RPPS
 tiveram que comparecer e Tiago abordou o tema do
 magistério, pois o Regime Geral a alíquota começa
 com 7,5% e gradativo no RPPS é 11% geral, o profe-
 sor contribui menos e no mesmo percentual de contribu-
 ição de um agente administrativo, de um auxiliar
 de serviços gerais e o montante de salário é muito
 maior que as outras categorias. A Secretaria de Finan.

dinheiro impõe que pra ter aliquota progressiva
não podemos ter déficit atuarial e complicado
por que vamos passar pra 14%, é um assunto
complexo e que temos que está em constante discus-
são para pensarmos na melhor saída, é muito
ruim para quem é gestor tá aqui de forma transi-
tória quer impôr, quando temos que com o dinheiro
incluir embora, no mês de março foram pagas as
diferenças desde janeiro, a folha aumentou R\$ 200.000
e a despesa não é a mesma que tá entrando.
Tiago visando reduzir o déficit atuarial, propôs
aos municípios algumas medidas entre elas a ado-
ção da reforma da previdência como foi feita para
o servidor público federal que resultaria numa
economia a longo prazo de 139 milhões de reais a
redução do imposto de renda de pessoa física, em
recursos para o servidor ativo no valor de 4 milhões
de reais, sendo reduzido do servidor e repassado
para o Instituto de Previdência, se aposentados ou
pensionista no valor de 14.36 milhões de reais, já está
na folha do Instituto, daí retirar o imposto de renda
atual de repassar para definitivo, família. Então
eu fiz uma despesa de mais de R\$ 40.000 mil reais
de imposto de renda, tudo que fica consignado na
folha eu dou o destino legal que no caso é o prefu-
terno que é o ente público, a proposta que é algo
que o Secretário de Previdência já emitiu o parecer
favorável e o que a gente arriscar de imposto
de renda da nova folha fiscal dentro do Instituto
não sendo repassado para SEFIM. Tiago está por que
quer é a cantagem para o ente, o plano defi-
nitivo ele vai ter que aportar recursos, se em
dinheiro já fica ele não faz o aporte e não é

contabilizado como despesa de pessoal, por que o recurso já ficou lá no Instituto, pra prefeitura não tem nenhuma diferença de caixa, mais o Instituto vai receber seu valor. A inclusão na base de contribuição patronal, dos benefícios de aposentados e pensões, hoje a prefeitura só contribui sobre os servidores em atividades ou em licença, a contagem que o impacto é significativo R\$ 118 milhões de reais, sendo 25 milhões já concedidos aposentados e de R\$ 93 milhões de benefícios a conceder, o impacto do déficit é de imediato mais essa despesa ela vai demorar pra ocorrer, por que vai demorar pra pagar quando o pessoal for se aposentando, no cálculo do déficit atuarial já aparece de imediato, como se tirasse uma dívida da prefeitura e ainda uma ciência pra começar a pagar e outra contagem que vai ser pago gradualmente, mês a mês ao longo dos anos o déficit que foi aumentando a folha, só que a prefeitura já ia fazer o pagamento na forma de aporte, os benefícios que forem pagos com esse recurso eles não virão dedução na despesa de pessoal na prefeitura, não vai fazer diferença de caixa, mais na parte da fiscalização para prefeitura é bom e outras medidas no valor de R\$ 79.87 milhões de reais quantando tudo já é suficiente pra equacionar o déficit gigantesco, não que o déficit desapareceu do nada grande parte dele é um dinheiro que a prefeitura vai continuar ter que reparar a diferença que esse recurso não vai ter que ser contabilizado como despesa de pessoal e o novo resultado atuarial na avaliação do próximo ano já será superavitário todas as receitas estariam previstas

em lei municipal. Plano Previdenciário que é o plano pra quem foi admitido em 2006 e segurado do plano previdenciário, como no plano financeiro tem as mesmas alíquotas de contribuições, um grupo de segurados mais novos as receitas são mais significativas do início de 60 são 310 milhões de reais de recursos garantidos tinhamos 88 milhões que no caso representa 28,4% das receitas de contribuições patronal que a prefeitura aqui contribuiu a estimativa é de 160 milhões de reais, 29% das receitas, segurados R\$ 86.41 milhões de reais, 28% das receitas deste plano, R\$ 14.85 milhões de compensação previdenciária, muitos servidores que se aposentaram, vão se aposentar pelo regime próprio des tem tempo de contribuição quanto ao INSS, eles usam esse tempo para se aposentar aqui, usa um tempo de contribuição em que ele não contribuiu e aí entra a compensação previdenciária, o INSS e o Regime Próprio de comum acordo o INSS repassa todo tempo contributivo, chamado de carência. Compre mais os parcelamentos de débitos de todos acordos de parcelamentos firmados, somam uma receita de R\$ 14,85 milhões de reais, juntando tudo de receita R\$ 310 milhões para definir o equilíbrio e se comparam as receitas com as despesas e as despesas são um pouco maiores em R\$ 254 milhões de reais, apenas 6 milhões são de aposentadoria já concedida que são 2,6% do total de benefícios que o plano vai pagar a longo prazo maior parte está na aposentadorias a conceder, entraram em 2021, uns 600 segurados não contribuí, 20,30 anos para se aposentar, 84% são de benefícios que não são concedidos para quem está em atividade, pensão R\$ 47 milhões, 13,3% como a maior parte ainda não concedido a reforma vai diminuir

esses valores. O total de receita do plano previdenciário RA 310 milhões e despesas RA 354 milhões, resultado atuarial deficitário de RA 43 bilhões de reais. A legislação e a regulamentação federal determina o plano previdenciário e apenas ele tem que ter equilíbrio financeiro e atuarial. O plano financeiro não precisa, a medida que faltou recurso a prefeitura aporta, no plano previdenciário tem que ter contribuições para acumular recursos pra pagar os benefícios das pessoas quando se aposentarem, tem que juntar o dinheiro antes das pessoas se aposentarem e usá-lo. Então o ente federativo se ver obrigado a amortizar esse valor em até 35 anos se ele fez reforma da previdência tem até 60 anos até o final do presente exercício a prefeitura municipal tem que mandar projeto de lei para câmara municipal para aumentar a alíquota de contribuições patronal criando plano de amortização do déficit atuarial através de alíquotas suplementares, segundo o portaria 1467/2022. Esse plano suplementar vai exigir para 2023 uma alíquota suplementar patronal de 3,56% que vai incidir sobre a remuneração de contribuição dos segurados do plano previdenciário, a prefeitura não vai pagar esse valor para quem é do plano financeiro, só para o plano previdenciário. Então a alíquota começa 3,56% em 2023 fica o mesmo percentual até 2025 e 2026 para 5,27% e vai reduzindo alguns percentuais ano a ano em 2027 tem 1,99%. Essa escalada foi feita antes do reajuste de 15% dado ao magistério este ano, quando fizer a escalada de 2024 o déficit atuarial vai ser maior consequentemente as alíquotas vão ser maiores também, então quando for ano que com vai ter que mandar um outro

propto de lei para reaver suas aliquotas, isso se nada
for feito, o seguro tem que contribuir com 14% com
o reajuste do magistério a aliquota vai aumentar.
A adoção da reforma já resulta em uma economia
de R\$ 68 milhões de reais, paga o déficit de R\$ 43
milhões de reais, fica um superávit de 15 milhões que
deve cobrir o reajuste que foi dado esse ano ao
magistério a cerca do imposto de renda porém
cobre o déficit o contribuinte patronal porém também
cobre o déficit atuarial deste plano, se adotou as
medidas do plano financeiro não fereir para o
previdenciário também, podemos ter um plano
previdenciário com superávit de quase R\$ 100 milhões
de reais e que vai dar uma margem para os peren-
dous negociarem reajustes que permite um plano
superavitário por três exercícios, seguidos, pode
trazer perdas do plano financeiro para o plano
previdenciário, vai fazer a transição ao pouco
na medida em que o superávit deste plano permita
A portaria 1467 estabelece vários critérios para que
ocorra esta transição do plano financeiro para o
previdenciário e tem que ser analisado cuidadosamente
o risco. A gestão de risco deve ter como principal
meta o equilíbrio financeiro e atuarial, todas as
metas de gestão deve estar subordinadas a esta
meta magna que é um ponto comum, na poli-
tica de investimento desde ano é uma meta básica
4% é a portaria que define para cada município
para o novo município ficou uma meta básica de
investimento e tem por um lado que é mais
fácil de bater, se não bater a meta tem uma
penalidade, por outro lado e ruim, pois quanto
menor a taxa de juros pior é o resultado da

avaliação atuarial, em vez de 4%. Tivemos usado 6% e o plano previdenciário nem tem déficit atuarial. Se usar 4% ao invés de 6%, estou supondo que aqueles 100 milhões que tá investido com esse dinheiro é a menos por ano, 2% de 100 milhões são 2 milhões em 1 ano ao longo de 35 anos e muito alto o valor. A avaliação atuarial é muito sensível a taxa de juros da política de investimentos. Todas as metas de gastos tem que tá subordinada a avaliação atuarial, pois é a meta que vai determinar se o regime próprio tem ou não sustentabilidade a longo prazo. A governança entra a questão do pró-gasto deve ser fortalecida, o maior problema dos RPPS é a falta de governança pública, tem que ser incentivada, dirigentes, gestores, membros do comitê de investimentos e dos conselhos deliberativos e fiscal devem ter a certificação exigida pela portaria 1467/2022, entra no mérito de ter que saber o que é a coisa certa para poder agir bem, sob pena de na ignorância se consolidada decisões erradas. O órgão de controle externo a exemplo do Tribunal de Contas do Estado, devem atuar com mais ênfase sobre as metas de gastos, principalmente sobre o equilíbrio financeiro e atuarial. A contribuição sobre os benefícios seria implantada como o parte da reforma da previdência? Camille. Tem que ser por lei, não pode ser por decreto, tudo que tem impacto financeiro tem que ser através de lei. Olisson. Dentro dessas medidas o adicional de permanência? Camille. Foi uma das perguntas que na avaliação atuarial passada, quando chama-se os secretários, a presidência do Instituto não tem a responsabilidade nem toma frente da

reforma da previdência, a nossa parte é mostrar para o ente a nossa situação, o que precisa que os secretários se sensibilize e o ente para que seja traçado uma reforma da previdência e do plano, para colmente teres que participar de uma audiência pública, é muito necessário pois quando saímos como deixar um legado coisas boas e coisas que podem não ser boas e isso fica registrado na história, na nossa história profissional e na nossa história enquanto gestor e no do município, cada um tem uma responsabilidade coloca-se o concete no grupo, não cria opinião para não ser tão incisivo, mais é algo que todos precisam estar preocupados, estava se planeando um financiamento as metas do RPP, influencia no resultado do que vai para Secretaria do Tesouro Nacional, pode ser negativo e pode ser positivo. Triagem. Os 350 milhões de déficit atuarial do financiamento entra na contabilidade da Prefeitura. Aqui vocês estão fazendo um excelente trabalho uma excelente gestão, sabe-se que é transitório, chega uma nova gestão pode desfazer tudo que foi feito. Família. Não, se o servidor tiver capacitado e tiver governança pública, que nós estamos trabalhando, para conseguir a certificação do pré-gestor, e em conjunto sem conta, o que foi feito no site do Instituto não tem conta. Aqui o que foi feito mais aplicações dos está impedidos de fazer? Família. Não vai ficar impedidos de fazer, mais tem que fazer com transparência que é o que tá sendo feito, vai ser preciso que o Conselho aprove, se for feito algo de errado cada um vai ser responsabilizado. Está sendo feito gestão que o Conselho se capacite, trazendo técnico para que todos tenham conhecimento. Quem quiser

Saber se esta sendo reparado para o Instituto, se a câmara tá reparando, da pra ver no site status do demonstrativo de repare, quem faz é a ARIMA, esta sendo enviado para o Ministério e o Tribunal de Contas do Estado, eles estão monitorando a gente. Preciso se que cada servidor tenha interesse e entenda a importância de participar. O novo PL pertence ao servidor, os 20 milhões que foram perdidos, está impactando aqui nesses cálculos. É como nada mais focando a tratar por encuada a reunião.

- Elaine de Freitas Moura
- Evandro Olim. C. de Oliveira
- Antônio Cascaes de Azevedo
- ~~Dainy~~
- Garete Soares Lopes
- ~~Antônio~~
- Wagner dos Santos de Souza
- Cláudia de Souza Lima
- José Manoel dos Santos de Souza
- Francisco de Assis de Oliveira

As 20 de abril de 2023, as 10 horas e 11 minutos, começa dar início a uma extraordinária do Conselho Municipal de Precidência em que a pauta será as consequências dos investimentos realizados nos fundos Phenon e Fontaine, Lille, e Sr. Bruno Baneto e Vitor Leitão da Lema que nos da acesso no area de investimentos para tratar desse tema relacionado a esses dois fundos que estão vinculados que se denominam casista, em razão de que nos fomos convocar essa sessão extraordinária, sem antes passarmos nos pontos notificados de uma ata memorial, e uma ata de cobrança no